

Fórum de Discussão Temática: «Administração Aberta e Participação Cívica»

*Cocriação e desenvolvimento do II Plano de
Ação Nacional de Administração Aberta*

Documento da transcrição

DATA: 09 dezembro 2020

HORA: 15h00 – 16H00



Índice

Notas Importantes..... 3

Fórum de Discussão Temática: "Administração Aberta e Participação Cívica" **Error! Bookmark not defined.**



Notas Importantes

1. É utilizada a menção [inaudível] quando é impossível perceber o que é dito devido a interferências/falhas do áudio.
2. É utilizada a menção [impercetível] quando é impossível perceber o que é dito devido ao discurso do orador (sotaque, forma de falar, interrupção, etc.).
3. Aquando da marcação da inaudibilidade e impercetibilidade é indicado o tempo a que tal corresponde.



Fórum de Discussão Temática: “Administração Aberta e Participação Cívica” [De 00:00:00 a 01:28:34]

Sérgio: [imperceptível 00:00:02] Podes passar, Daniel. Ok. Portanto, o que é isto da OGP? OGP, *Open Government Partnership*, ou Parceria para Administração Aberta, foi fundada em dois mil e onze pelos governos de oito países. O objetivo era a criação de uma parceria única para a promoção de uma administração que fosse mais acessível, mais responsável, mais reativa e mais inclusiva para os cidadãos. Esta iniciativa parte da convicção de que melhorar a relação entre o Estado e o cidadão tem benefícios exponenciais a longo prazo para todos, para a sociedade globalmente considerada. Daniel, força. Obrigado. Os países que participam na OGP são signatários de uma Declaração de Administração Aberta pela qual os participantes se comprometem a promover a transparência, conferir mais poder ao cidadão, combater a corrupção, utilizar novas tecnologia para potenciar a relação entre o Estado e o cidadão e também para simplificar essa interação. Daniel, ok. OGP Portugal. Portugal aderiu à OGP em dezembro de dois mil e dezassete. Podes passar. A participação portuguesa na OGP é coordenada pela AMA. O que é que faz a OGP Portugal? Promove a abertura da Administração Pública ao cidadão e à Sociedade Civil através da concretização de Planos de Ação Nacional, este fórum... o fórum de hoje está integrado no segundo plano de ação, o primeiro foi... concluiu-se muito recentemente com o Relatório de Autoavaliação. De forma multilateral e colaborativa, estabelece compromissos para cumprir a já referida Declaração de Administração Aberta e tem também o objetivo de desenvolver e implementar Planos de Ação Nacional através da cocriação, envolvendo cidadãos em processos de participação e consulta pública, como este... como este de hoje, por exemplo. Os Planos de Ação Nacional, a implementação e a monitorização dos Planos de Ação Nacional está a cargo da Rede Nacional de Administração Aberta. A sua criação teve como objetivo precisamente... precisamente esse que acabei de referir, implementar a participação nacional na OGP. Cabe-lhe também por desenvolver, coordenar, executar e supervisionar os Planos de Ação Nacional. Por supervisionar entende-se a monitorização das distintas fases inerentes a esses planos. É composta por dez membros, cinco da Administração Pública e cinco entidades da Sociedade Civil. Os canais da participação são presenciais e online. Portanto, os primeiros cinco membros dessa listagem que o Daniel está a apresentar são representantes, são entidades públicas. Os outros cinco membros são representantes de... são entidades da Sociedade Civil. O primeiro Plano de Ação Nacional decorreu entre dois mil e dezoito e dois mil e vinte. Teve como objetivo primordial a promoção da transparência, a prestação de contas e a participação pública. Foi desenvolvido e implementado pela Rede Nacional de Administração Aberta, em colaboração com a Sociedade Civil. Foram estabelecidos e executados oito compromissos, a taxa de execução global foi de sessenta e sete por cento. O Relatório de Autoavaliação esteve aberto a consulta pública e pode ser consultado no portal da OGP. Como é que funcionam estes processos de consulta? Portanto, os cidadãos transmitem as suas visões e perceções com o objetivo que seja... de serem... cabendo ao Governo e à Administração Pública tomarem decisões que se possam traduzir em ações efetivas. Este processo de consulta pública ao Relatório de Autoavaliação esteve aberto a todos os cidadãos, por um período de três semanas, entre meados de outubro e a primeira semana de novembro. Foram recebidos quarenta e dois contributos e todos eles foram considerados relevantes. Paralelamente, foi realizado um *webinar* sobre este tema com a colaboração da Plataforma de



Associações para a Sociedade Civil, aqui representada pelo Luís Vidigal, que daqui a pouco já vai falar connosco. Identificaram-se... ok, foram identificados cinco desafios: elevação dos índices de participação cívica, o cidadão no centro da ação da Administração Aberta, aumentar os níveis de literacia digital, melhorar a relação entre a AP e as organizações da Sociedade Civil, incentivar o uso e a atualização dos Dados Abertos. Quanto a esta proposta de abordagem ao segundo Plano de Ação Nacional, partiu de um inquérito enviado para todos os membros da Rede e concluiu-se que... concluiu-se que... pelas seguintes áreas prioritárias: o direito dos interessados à informação, a administração eletrónica seria outro tema relevante, os dados aberto, a participação pública, a transparência e o acesso à informação, a utilização das tecnologias de informação e a inclusão digital e o reforço da transparência na Contratação Pública. Está também a decorrer um inquérito público para identificar áreas temáticas e ideias com potencial para serem transformadas em futuros compromissos no *site* da ogp.eportugal.gov.pt. Se ainda não responderam, bem, lançamos desde já o desafio para que possam responder. Vamos também deixar este endereço no *chat* do presente fórum. Passávamos agora... segue-se... seguidamente, o Luís Vidigal vai-nos falar um bocadinho sobre o tema central deste fórum, a Administração Aberta e a Participação Cívica. O Luís Vidigal é Vogal da Direção da PASC. Tem muita experiência nesta área e certamente que ele poderá também fazer uma breve apresentação sobre aquilo que a PASC faz. Eu passava agora a palavra então ao Luís.

Daniel: Aqui alguns problemas nos últimos dois slides. Não sei se será a minha ligação ou não. Obrigado, Sérgio. Dizer-vos que este inquérito está no *site* da OGP Portugal, debaixo do menu Participe, e realçar, enquanto o Luís tenta partilhar o ecrã, realçar a importância da participação de todos. Tem apenas duas perguntas, são duas perguntas que cerca de cinco, seis minutos, conseguem responder e o contributo de todos não só na resposta, mas também na divulgação deste inquérito é essencial. Eu vejo que algumas pessoas começam agora a entrar. Eu não sei se houve algum problema técnico com ligação. Alguns colegas foram-me dizendo que estavam com algum problema. Quando assim for, por favor, enviem-nos um e-mail para que nós possamos de imediato responder e enviar novamente o *link*. São problemas técnicos que às vezes acontecem. Luís, do seu lado?

Luís: Estás a ver ou não?

Daniel: Ainda não estamos a ver a sua... tem que se... tem que ir ao ecrã de partilhar o conteúdo e depois selecionar a janela que quer partilhar e, clicando nessa janela. Entretanto, aos colegas que vão chegando ao fórum, nós lançamos um desafio para que se fossem apresentando, dizendo obviamente o vosso nome, se estiverem em representação de alguma organização também, e as expectativas para o fórum de hoje e, já agora, também a localização. Gostaríamos de saber, dado que este evento também não é presencial, se o facto de não ser presencial consegue uma capilaridade maior pelo território nacional.

Luís: Não estou a conseguir partilhar o ecrã.

Daniel: Luís, não sei... não sei se querará enviar a apresentação e eu... eu não tenho, não tenho como poder ajudá-lo.



Luís: [inaudível 00:10:16] Estive bastantes horas nisto, é uma pena.

Daniel: Sim.

Luís: Não devo ter permissão para partilhar.

Daniel: Não tem a ver com permissões, todos temos... todas as pessoas nesta reunião têm permissões para partilhar. Qualquer pessoa pode partilhar o ecrã.

Luís: Temos de ter testado isto.

Sérgio: Luís, não o estamos a ouvir muito bem. Não sei se pode aumentar o seu som?

Daniel: O Luís quando carrega no botão ao lado do microfone, no botão do lado direito, o que é que lhe aparece?

Luís: Aparece-me partilhar o tabuleiro de partilha.

Daniel: Pronto, e ao partilhar, e depois tem que escolher um desses ecrãs, não?

Luís: Sim, mas eu já escolhi, eu faço ALT TAB para encontrar, para abrir o...

Daniel: Não, quando... você pode partilhar o *desktop*, e vemos tudo, ou uma janela específica, certo? Qual é a janela que está a escolher?

Luís: Eu estou a escolher um PowerPoint normal.

Daniel: Ok, e o PowerPoint está em modo de apresentação já?

Luís: Até estava agora, mas pronto, volta a estar. Não, não está a dar, pelos vistos isto. Ó meu Deus.

Daniel: É a mesma, nós já usamos isto outras vezes, até mesmo com o Luís

Luís: Comigo a apresentar? Não tinha de certeza estas permissões.

Daniel: Não tem a ver com permissões, Luís. Não tem a ver com permissões. Será outro problema. Eu sugiro, se calhar, enviar-me rapidamente e ir falando um pouco, e enviar-me rapidamente por e-mail e eu consigo, se calhar, deste lado, mas não tem a ver com permissões.

Luís: Eu então vou apresentar sem slides, pronto. É uma pena, porque eles são bastante expressivos, mas pronto.

Pedro: Se calhar, se o Luís carregar no ambiente de trabalho, será melhor, e não na aplicação PowerPoint, partilhar.



Luís: Carregar.

Daniel: Obrigado pela nota, era isso que eu ia dizer.

Pedro: Desculpem lá, desculpem lá. Sim.

Daniel: Obrigado, Pedro. Partilhe o ambiente de trabalho, em vez de ser o PowerPoint. O PowerPoint costuma dar problemas com o Teams, talvez. Eles...

Luís: Tá no [impercetível 00:12:31] Microsoft.

Daniel: E o Teams também, não é? É uma...

Luís: Mas como é que uma pessoa, é que eu não tenho opções, eu abre-me... eu vou... bom, eu não sei o que é que.

Daniel: Faça... ao fazer... ao clicar no botão ao lado do ecrã do microfone, vai-lhe aparecer partilhar o ecrã ou partilhar uma aplicação específica, partilhe o seu ecrã.

Luís: Pois, mas é isso que não está a aparecer, por acaso. É isso que não está a aparecer.

Daniel: Que as permissões, toda a gente pode partilhar, toda a gente tem o microfone aberto, toda a gente tem câmaras, são permissões iguais para toda a gente.

Luís: Se estiver a usar o Teams no *browser* e não na aplicação, não consegue partilhar.

Daniel: Sim, ou então envie-me por e-mail, Luís. E vá fazendo, não vamos perder mais minutos. Envie-me por e-mail, por favor, e vamos continuar. O importante também... esta apresentação era também para espicaçar a sala, passo a expressão, e para falarmos todos um pouco da importância da Administração Aberta e da Participação Cívica nas atividades da Administração Pública. E esta arquitetura foi feita desta forma para que..., mas o importante, apesar do Luís ter investido muito tempo, e naturalmente nós temos de mostrar a apresentação, o importante é ouvir as vozes dos participantes também. Nós, de facto... o Luís vai tentar entrar e sair da..., mas se calhar aguardamos mais uns minutos. Mas, entretanto, nós também já temos aqui alguns participantes que estiveram presentes no primeiro fórum, e desde já agradecer a vossa disponibilidade, e dizer também que um fórum de discussão temática é um momento em que os cidadãos e as organizações da Sociedade Civil aproveitam o palco que lhes é dado e a atenção que lhes é dada para poderem expressar as suas ansiedades, desejos e vontades em relação aos serviços públicos e em relação à maneira como estes – os cidadãos e organizações da sociedade civil - se vão relacionando com o Estado. Nós estamos, no momento, a iniciar os trabalhos do Segundo Plano de Ação Nacional de Administração Aberta e começa precisamente com este processo de cocriação com cidadãos e organizações da sociedade civil. A forma como – também para repetir um pouco aquilo que o meu colega Sérgio Coelho já tinha dito – a forma como nós estamos a prever os canais de participação para este fórum é microfone aberto, as pessoas pedirem a palavra – tem um íconezinho que é uma mão, acho que todos estarão a ver no topo, na



barra superior, se quiserem a palavra cliquem esse íconezinho e nós seremos notificados. Toda a gente conseguirá ver quem está a levantar a mão. Ou então, se não quiserem participar verbalmente, poderão sempre usar a janela de mensagens que é o ícone ao lado da mãozinha e tentem colocar as vossas perguntas através desses dois canais. Nós estamos de facto, à espera que o Luís volte a entrar, mas talvez dar a voz – eu não sei se o Américo, da PASC ainda está online? Talvez dar a palavra ao Presidente Américo Ferreira da PASC, não sei se teve que sair. Se calhar já não está, estava há pouco...

Américo Ferreira: Não, não. Estou presente. Estou presente.

Daniel: Olá Américo, desculpe, não estava a vê-lo.

Américo Ferreira: Não, estou presente. Aguardo...

Daniel: Então, mas enquanto aguardamos pelo Luís, também dizer, falar um pouco da PASC e da importância que a PASC atribui às questões da participação cívica e da Administração Aberta em particular e, já agora, muito bem-vindo.

Américo Ferreira: Obrigadíssimo. Não, eu aguardo a intervenção do Luís Vidigal que é uma pessoa com muita experiência nesta área. Aliás, nós no âmbito da Direção da PASC, para além do Luís Vidigal temos o Jorge Robalo que acompanham estes assuntos, digamos, em primeira instância e penso que o Jorge Robalo também está a participar nesta nossa reunião. Aliás, também estou a ver aqui uma pessoa que até há pouco tempo foi Vice-Presidente da PASC, mas que entretanto fez outras opções e assumiu a presidência de um partido político e como a PASC, digamos, é uma plataforma de associações da sociedade civil apartidária, portanto não podemos participar em partidos políticos, ou melhor, não temos atividade política, digamos, ativa em partidos políticos e neste momento, portanto, pelo menos aqui da PASC temos duas pessoas e uma pessoa que já foi da PASC. Entretanto, eu presumo que o Luís Vidigal já deve ter resolvido o problema porque ele é um especialista nestas tecnologias e, portanto, de certeza que isto vai ser rápido. A PASC, já agora aproveito enquanto o Luís não intervém, tem cerca de sessenta associações, digamos, de diversas atividades, todas muito ligadas à cidadania, mas, digamos, pessoas oriundas de diversos setores – desde antigos alunos de instituições militares até associações ambientais, associações ligadas à lusofonia e, portanto, digamos, a nossa diversidade é muito grande. E, como é óbvio, sofremos um bocadinho – entre aspas, eu quando digo sofremos é um bocadinho as dificuldades que este tipo de associações tem para conseguir, digamos, ter possibilidade de cada vez mais participar ativamente na sociedade civil. Já me apercebi que entrou mais uma colega nossa, a Genoveva que também faz parte da Direção e, portanto...

Daniel: Bem-vinda Genoveva.

Américo Ferreira: Obrigadíssimo e, portanto, não sei se o Luís já está em condições de iniciar o jogo ou não?

Daniel: Também não sei se o Luís estará online, mas nós podemos...



Amério Ferreira: Não sei se...

Luís Vidigal: Eu estou online, mas de facto, é pá, devia-se ter feito teste disto porque isto está absolutamente... não consigo mesmo, pá... não consigo mesmo, bom, vou tentar mandar-vos, pá, a apresentação, mas ela é muito pesada porque eu trabalho muito com imagens, pá...

Daniel: Pronto, vamos esperar. Nós podemos ir prosseguindo e se calhar invertemos depois...

Luís Vidigal: Sim, sim.

Daniel: Assim que a apresentação estiver deste lado... Luís, qual é que acha que seria... se pudesse resumir a sua apresentação numa frase...

Luís Vidigal: Pronto, eu vou [inaudível 00:20:15].

Daniel: Provocasse ou que instigasse o fórum, qual é que seria essa...

Luís Vidigal: Então, vou tentar fazer a apresentação sem slides. Pronto, não há volta a dar, isto... pronto e depois vão perceber... eu depois disponibilizo os slides e está resolvido. Bom, antes de mais nada, desculpem lá este... eu devia ter feito realmente teste antes, a culpa também é minha, portanto, vou só aqui..., mas pronto, eu vou sobretudo dar-vos um pouco, para já a perceção que as pessoas têm, portanto, tinha aqui uma série de slides sobre a perceção que a generalidade das pessoas tem relativamente à Administração Pública e, portanto, veem a Administração Pública como uma senhora gorda, uma senhora pesada, inimiga do cidadão e da economia. Portanto, na generalidade essa... e que consta/ que constrange o desenvolvimento da economia. Portanto, é um embaraço para a própria economia. Por outro lado, há aquela ideia, também, na generalidade que os maus são de facto o Estado, a Administração Pública como os maus e a administração privada ou o sector privado como os bons. Portanto, essa ideia de bons e maus que ainda persiste, a questão também o peso do Estado, Estado gordo e o Povo magro, portanto, a imagem da porca, da grande porca do Orçamento que no fundo é uma imagem que ainda vem do nosso grande cartoonista do século dezanove, portanto, e que realmente representa o Orçamento como uma enorme porca, digamos. Por outro lado, portanto, a ideia de que os funcionários públicos, portanto, uma ideia de que toda a gente diz que os funcionários públicos são preguiçosos, que os políticos são todos corruptos, que o Estado vive à custa dos nossos impostos, portanto, estes lugares comuns que se vão dizendo, infelizmente. Há muito populismo digital em relação ao Estado, portanto, e muita gente a falar em nome do Povo. Diabolizam-se as Instituições, insultam-se os funcionários públicos, dão-se respostas simples a problemas complexos, promove-se a denúncia e indignação moral. Portanto, muita desta... esta ideia contrasta com uma coisa, apesar de... sobretudo isso vê-se muito nas militâncias digitais, nas redes sociais e quem acompanha as redes sociais vê bem o que por lá se passa. Por outro lado, mas por outro lado o envolvimento cívico é muito baixo. No meio de... de entre os países, trinta e seis países da OCDE, Portugal é dos países com menor envolvimento cívico. É uma coisa que nos preocupa particularmente na PASC. Bom, Sociedade Civil, o que é propriamente a Sociedade Civil? Bom, a Sociedade Civil no fundo são um conjunto de organizações voluntárias que servem como mecanismos de articulação de uma sociedade por oposição



às estruturas apoiadas pela força de um Estado, portanto, contrapõe-se à força do Estado. Esta é a definição comumente aceita da Sociedade Civil. Portanto, ao contrário dos partidos políticos, a sociedade civil não pretende conquistar o poder, mas simplesmente influenciar as políticas públicas. Digamos, já no século dezasseis Maquiavel dizia que, portanto, a sociedade civil, não lhe chamando ainda sociedade civil, mas falava entre oposição entre a sociedade e o Estado. É o oposto do indivíduo isso/ é o oposto do indivíduo isolado, é o fruto da urbanização, isso já se dizia no século dezoito – o Ferguson – e, portanto, o próprio Kant diz que é um fruto, também, do Estado de Direito, portanto, tem como base o Direito e é o oposto ao estado da natureza caracterizado pela guerra potencialmente permanente de todos contra todos. Portanto, também está subjacente à sociedade civil esta ideia de organização, portanto, e não estado de natureza. Portanto, há um... a sociedade civil está entre a macro comunidade do Estado – definida pelo Hobbes também no século dezassete – e a micro comunidade da família, portanto, esta é a visão do Hegel e, no século dezanove, do que é de facto a sociedade civil. Pronto. E o que é que move o associativismo? Agora entrando propriamente no associativismo e, portanto, nós somos uma plataforma de associações da sociedade civil e, portanto, é uma meta-associação, portanto, uma associação de associações e com um conjunto de associações. O que é que move essencialmente o associativismo? Três pilares essencialmente. A personalidade poderá haver com... a sociedade civil pode-se organizar em torno de personalidades, portanto, uma personalidade carismática e isso aconteceu com algumas associações que integram a PASC – posso dizer, por exemplo, o caso da Sebes, é uma associação muito... com personalidades bastante ilustres e outras que temos dentro da PASC – or/ também associações de interesses e associações de causas. Portanto, nos estatutos da PASC nós proibimos, digamos, três tipos de associações: partidos políticos e associações religiosas. Portanto, estão proibidas por, de forma estatutária. As causas, para nós é o que mais nos importa, mas também é aí que as coisas também se complicam porque para caracterizar um problema nós temos muitas visões, muitas perspectivas, perspectivas políticas, perspectivas institucionais, perspectivas económicas, geracionais, ambientais, tecnológicas, setoriais mesmo – portanto, por setores de atividade económica, jurídica, societárias, etc., portanto. Portanto, para caracterizar um problema, por vezes cada pessoa vê de uma maneira completamente diferente. Quais são as grandes causas que no fundo nos movem essencialmente como meta-associação? As assimetrias sociais, o desenvolvimento sustentável, a coesão e o ordenamento territorial, a qualidade e universalidade de serviços públicos, a transparência e integridade dos poderes públicos, a igualdade de oportunidades e a não discriminação. Temos noção também que há aqui dois tipos de tempos e de racionalidades diferentes. O tempo e a racionalidade da política é completamente diferente do tempo e da racionalidade da cidadania, portanto, nomeadamente, sobretudo na... à política interessa, sobretudo, corridas de velocidade, portanto, que consigam, que caibam no período das legislaturas e à sociedade civil, muitas vezes, preocupa-nos corridas de fundo, questões que são, que muitas vezes são interrompidas pelas legislaturas. Portanto, nós costumamos dizer que não temos nem limites de tempo nem limites de espaço porque não estamos capturados por tempos de legislaturas nem, também, por Ministérios e por áreas. Portanto, a cidadania sobretudo recusa a indiferença e é também o contrário da indiferença, mas também tem que aceitar a imperfeição. Portanto, nós não poderemos também... cidadania responsável tem que – ao contrário do populismo, por exemplo – aceita a imperfeição e, portanto, vê o copo meio cheio. Também, por outro lado, temos a noção de que a inovação não é apenas fazer coisas



diferentes. Muitas vezes os Governos quando entram tentam fazer coisas diferentes dos Governos anteriores e não passam o testemunho, digamos, aos Governos a não ser que sejam da mesma ideologia, mas muitas vezes há aí uma necessidade de afirmação da sua identidade. Para nós, essencialmente, o importante é criar valor, portanto, ouvindo os outros e aproveitando o que está feito. Ouvindo os outros não apenas ouvindo a sociedade, mas, também, ouvindo todos os... o interior da própria Administração Pública a todos os níveis. Portanto, há três comportamentos possíveis na Sociedade Civil. A passividade não é, com certeza, a mais desejável, mas há muita passividade [imperceptível 00:29:32], Portugal tem muita passividade na questão da cidadania. Por outro lado, muitas vezes alterna com estados de grande agressividade – e basta ver o que se passa nas redes sociais – e, portanto, o que nós procuramos na PASC é apontar para a assertividade. Também gostava de dizer que quando olhamos para estas questões da cidadania do ponto de vista populista digamos, os direitos, sobretudo, são inflacionados e relação aos deveres. Do ponto de vista de cidadania responsável que é aquilo que a PASC defende, é que há aí um equilíbrio entre direitos e deveres. Bom, relativamente...

Daniel Santos: Ó Luís vamos tentar abreviar para...

Luís Vidigal: Pois. Pronto, eu, se calhar, passei muito tempo aqui em relação à Sociedade Civil...

Daniel Santos: Pois, exato, para termos algum tempo ainda, para podermos, de facto, ter a discussão...

Luís Vidigal: Portanto o mais importante aqui é exatamente o que eu vou agora referir. Relativamente às expectativas que tínhamos com a transformação da Administração Pública, portanto aumentar a eficiência e a eficácia da Administração Pública, as realidades nem sempre corresponderam às expectativas. Houve uma grande desagregação organizacional do Estado, houve uma captura do Estado por parte de alguns interesses privados, houve multiplicidade de repositórios e entropia informacional, houve enfraquecimento e descredibilização do Estado, houve orientação e fecho a ciclos políticos de curto prazo. No fundo partiu-se o cidadão às postas, como eu costumo dizer e, portanto, há que fazer uma rotura do foco, da orientação ao poder para uma orientação ao cidadão. Nós temos uma Administração Pública sobretudo muito confinada em Ministérios, eu represento isso como as torres de castelos em que praticamente é uma Administração Pública em que se olha para si própria, cada Ministério olhando para si próprio e não olhando de forma transversal para os eventos de vida dos cidadãos. Eventos de vida que poderão ser desde a construção duma casa, à compra duma casa, à compra dum carro, à criação duma empresa, obter um subsídio de Segurança Social de nascimento de um filho, a morte de um familiar, etc. E, portanto, são eventos de vida que têm que passar a ser. Nestes eventos de vida, na solução destes eventos de vida temos que pensar em *desintermediar*. Tudo aquilo que, hoje em dia, estamos a usar o cidadão o cidadão como um pacote do Estado que vai buscar um papel a um lado para entregar noutra, às vezes pede o mesmo organismo para entregar no mesmo organismo, ainda acontecem situações destas. Portanto, esta desintermediação que passa também pela abolição de certidões e de comprovantes inúteis, a partilha de informação, a reutilização, a automatização. Aquilo que podemos chamar uma economia circular do Estado, partilhando



repositórios de pessoas, de empresas, de território, de veículos, etc. A União Europeia tem definidos um conjunto de eventos de vida, catorze para o cidadão e oito para as empresas. Seria bom, por exemplo, nós fazermos um trabalho colaborativo em torno destes eventos de vida. Eu próprio tenho aqui um conjunto de serviços já identificados, um conjunto de papéis que vão desde, sei lá, mulheres, doentes, crianças, condutores, turistas, viajantes, deficientes, em contraste com os eventos que será a nascença, ir à escola, obter promoção social, e por aí fora. Eu tinha aqui uma grelha cruzada, aquilo que poderia ser já uma antecipação duma arquitetura informacional do Estado entre processos e dados...

Daniel Santos: Sim, e nós também não vamos dar, desculpe a interrompê-lo Luís, mas só para referir que o seu bom trabalho na apresentação vai ficar disponível *post mortem* a esta reunião vamos disponibilizar em formato PDF. Mas, se calhar, agora para fecharmos qual seria a provocação, passe assim, que gostaria de lançar ao fórum?

Luís Vidigal: Basicamente a grande provocação é que, de facto, cada vez mais é importante perceber que as leis devem ser algoritmos antes de mais nada, portanto, com regras bastante claras e escrutináveis pela sociedade. Por outro lado, também substituir o poder sobre os papéis pelo poder sobre os fluxos, portanto dando cada vez mais transparência e responsabilidade, acabar com tudo o que é certidões e comprovantes inúteis. Hoje uma certidão e um comprovante é um *web service*, é um toque a uma base de dados, deixa lá ver se ele está vivo, se ele está morto, se ele se porta bem, se ele deve alguma coisa ao Estado. Portanto, promover mais, porque é algo que está um pouco esquecido, a clareza e a aceleração dos processos, nomeadamente através da generalização do princípio do Licenciamento Zero que foi aplicado a alguns casos, mas poderia ser generalizado a quase tudo, inclusivamente a tomadas de decisões em áreas críticas como a Justiça, em processos judiciais simples. O princípio de que eu tenho clareza nas regras e, no fundo, com formulários eletrónicos que permitam exatamente garantir o *compliance*. E tinha aqui também algumas questões ligadas, a irracionalidade do Estado alimenta muitos negócios privados sem acrescentar valor à economia. Nomeadamente há aqui uma relação de proporcionalidade entre o tempo e a corrupção, se eu tenho muitas portas para bater, se eu tenho muitos pontos de decisão, há sempre aquele princípio "olhe deixe cá o processo que nós vamos ver" e o "vamos ver" pode-se prolongar o tempo e no tempo e o promotor acaba por dizer "o que é que eu preciso pagar para ter isto mais depressa?". Só também para vos dizer que oitenta e cinco por cento dos casos de investigação criminal envolvem, neste momento, prova digital, há ferramentas que neste momento são importantes, que já se usa quer *Big Data* em inteligência artificial para obter prova digital, e aqui acompanhar sobretudo a pegada digital, nomeadamente nas agendas políticas e administrativas, as incompatibilidades dos cargos, a definição dos problemas, a caracterização das soluções. Porque, muitas vezes, quem define os problemas não é o próprio Estado, às vezes são os interesses de fora que querem vender ao Estado. A caracterização das soluções muitas vezes quem as define não é o Estado, o Estado não tem soberania, muitas vezes, sobre essas soluções. As próprias, quem toma decisões, os beneficiários efetivos e, obviamente, o *follow the money*. Portanto, três perspetivas diferentes, os poderes públicos veem normalmente o copo cheio, a crítica destrutiva vê o copo a esvaziar, a crítica assertiva vê o copo a encher, e é essa, a cocriação é exatamente entre os poderes públicos e a crítica assertiva, é aí que está a cocriação.



Daniel Santos: E é essa mesmo que queremos salientar nessa nota para o fórum de discussão, a crítica assertiva. Partilhar já aqui um dos comentários que deixaram aqui no *chat*, lembrar que podem... houve algumas pessoas que disseram que não conseguiam levantar a mão, podem pedir a palavra por escrito e depois abrir o microfone se o ícone de mão não estiver a funcionar, de facto o Teams é bastante fértil em surpresas deste género. O Jorge Gomes deixou uma mensagem também para que se olhasse... Eu vou resumir a mensagem Jorge, se me permites, para que se olhasse também para o aspeto positivo das redes sociais e não as demonizássemos apenas, porque é importante ver também onde existem iniciativas para o bem comum. Referiu o exemplo de Trinta Jogos e Uma Consola para a ala pediátrica do Hospital de São João no Porto, que foi conseguido recentemente através de uma dinâmica de redes sociais. Que há bolhas, de facto, onde o populismo que o Luís referia se mexe, mas também que há bolhas positivas, e que as redes sociais são apenas uma pequena bolha que pode tanto dar para um lado como para o outro. Ó Jorge, eu estou a tentar sintetizar o comentário. Temos aqui, podes também depois completar verbalmente, temos o Jorge Robalo, creio, a pedir a palavra, boa tarde Jorge. Não estamos a ouvi-lo Jorge, está com o microfone...?

Jorge Robalo: Boa tarde.

Daniel Santos: Ah, boa tarde, obrigado.

Jorge Robalo: Demorei um pouco a reagir e clicar no microfone. Até falei com o computador, mas ele não foi tão rápido assim. Boa tarde a todos. Eu vou aproveitar, até para introduzir aqui um tema que muitas vezes eu penso que não vemos deste lado. Isto é uma questão de copo meio cheio e copo meio vazio. Eu vi todos estes comentários, e este comentário que foi agora referido pelo Daniel é um bom exemplo, nós olharmos para um copo vê-lo meio cheio ou meio vazio, ou seja, redes sociais é uma arma, é uma ferramenta que pode ser bem utilizada ou mal utilizada. Mas eu vou tentar agora centrar aqui uma outra forma de nós podermos ver também este repto da participação da Sociedade Civil. É verdade que, até um certo ponto, e nós PASC lutamos para que não seja assim, a Sociedade Civil está um pouco dispersa. Nós ao tentarmos juntar um maior número de associações é mesmo também tentar ajudar a projetar possivelmente ou a depurar quais os problemas que poderão ser mais importantes, ou que podem, não é mais importantes, que podem atingir ou satisfazer, a solução deles satisfazer mais pessoas mais pessoas ou menos pessoas. Isto é uma forma de ver as coisas. Mas também é muito importante nós vermos é até que ponto a Administração Pública, e eu estou a dizer isto aqui quando tenho a AMA que está aberta a ouvir-nos e abre as portas. Portanto, até parece que eu não estou a ouvir a AMA, mas a Administração Pública não é só AMA, não é? São todos estes Ministérios, são todas estas Câmaras Municipais, é um mar de gente, um mar de departamentos, um mar de burocracia de norte a sul do país. E até que ponto é que efetivamente existe um processo ou um empenho político de ouvir o cidadão? Porque quando o Luís dizia, e muito bem, que temos de pensar na jornada do cidadão, a jornada do cidadão desde que ele é pequenino até ao momento em que ele desaparece, esperemos sempre que seja o mais tarde possível, há interações com o Estado. O cidadão só sente qualquer reação, digamos menos favorável com o Estado quando necessita, quando é obrigado pelo Estado a necessitar de uma interação, ou quando precisa mesmo de uma ajuda do



Estado, porque, de resto o Estado está dum lado e o cidadão faz a sua vida do outro. Ok? E a pergunta é mesmo essa, até que ponto é que realmente a Administração Pública, e eu estou aqui autarquias, tudo, tudo, estou a juntar tudo, os organismos públicos estão dispostos a ouvir-nos? Repare, podem-me dizer assim, "eh pá, mas existe uma Provedoria da Justiça". Tudo bem, mas o problema não é existir aqui um cogumelo, entre aspas, existir ali um outro, é existir uma cultura de ouvir. Ouvir o que é que as pessoas querem e depois ir incorporando e adaptando os seus serviços, não só às necessidades do país em primeiro lugar, mas também a tentar aligeirar com a vida das pessoas. Porque são dois ritmos completamente diferentes. O ritmo do Estado é um ritmo, digamos que é o ritmo institucional para não caracterizar de outra forma, o ritmo do cidadão é completamente distinto. E só ter dois ritmos distintos já pode criar aqui alguns entraves, ter ritmos e ter pensamentos completamente opostos, pior. Eu vou-vos dar um exemplo para finalizar, porque depois há de haver outros que querem intervir, eu há pouco tempo, eu sigo desde o início a história do Covid muito de perto, tenho seguido e, há tempos, detetei um erro crasso em termos de números, mas extremamente crasso. Eu não vou estar aqui a explicar porque não é o fórum para isso. Eu, como cidadão peguei no *email* enviei um *email* para a DGS e já lá vão três semanas se eu não me engano, ninguém respondeu. E eu só estava a alertá-los com dados a dizer "olhe vocês publicaram isto, publicaram isto, isto menos isto dá isto e não dá aquilo", nada mais. Ou seja, esta comunicação rápida, eu tenho muitos outros casos, são casos depois, mas graves, são casos com imposto retido indevidamente em que se escala, escala, escala internamente e o cliente vai sempre ficando à espera de receber o que lhe é devido, mas há muitos outros. Mas nunca há é uma comunicação, e já não estou a falar na qualidade da comunicação, que essa era outra história. Mas eu calo-me.

Daniel Santos: Ok, obrigado Jorge. Só salientar, conforme o Sérgio tinha dito, e também o Luís no final da sua intervenção, o fórum, nós estamos não tanto à procura de intervenções copo vazio, mas intervenções proativas que, não só sinalizem evidências que consideram críticas, mas potenciais abordagens para a resolução dessas evidências. Passo a palavra para o Pedro Oliveira Bento? Que pediu a palavra.

Pedro Oliveira Bento: É Bento. [impercetível 00:44:58]

Daniel Santos: Olá Pedro.

Pedro Oliveira Bento: Olá, prazer.

Daniel Santos: É um nome comprido e difícil de ler, peço desculpa pelo lapso, obrigado.

Pedro Oliveira: Pois é, pois é. Com a... com as credenciais da universidade fica o meu nome completo. Peço desculpa por isso.

Daniel Santos: Muito obrigado por participar e a palavra é sua.

Pedro Oliveira: Sim, obrigado. Vocês dirão se as minhas questões fazem sentido ou não. Mas eu gostava de ter participado no anterior fórum que era sobre os dados abertos. Aqui a minha intervenção



e a minha, portanto participação venho da universidade do Minho e trabalho na área da... dos repositórios de acesso aberto à informação no domínio dos projetos de ciência aberta, e a minha intervenção aqui era no sentido de criar pontes entre esta participação, a administração pública e a ciência. E era tentar ter aqui algumas iniciativas *bottom up* que eu penso que são fundamentais em Portugal serem dinamizadas duas áreas importantes, e vocês dirão se fazem sentido ou não. Tem a ver com a sessão anterior e, portanto, infelizmente devia ter participado na anterior, mas eu não podia. Sobre os dados abertos que é uma coisa muito importante para a participação cívica informada, etc... eu acho que há aqui um trabalho a fazer, não sendo cem por cento isto que eu vou dizer útil para esta sessão, portanto, façam uso também dela para a anterior. Acho que há aqui uma ponte muito importante entre os dados abertos na administração pública e os dados abertos de investigação. Acho que há um *gap* que existe claro entre nós olharmos só as instituições de investigação separadas do resto, dos muitos dados que se produzem em diferentes organismos da administração pública que são muito importantes para a investigação. Talvez fosse útil abrir aqui um eixo de intervenção, um eixo de ação, instrumentos de apoio, instrumentos financeiros, instrumentos políticos para que pudesse haver também projetos neste domínio, esta ponte entre dados abertos da administração pública para que forneçam informação para a investigação. Pronto, o outro domínio muito importante também da ciência é a ciência cidadã, é também muito neste chapéu da ciência aberta em que eu trabalho fala-se muito de ciência cidadã que é a que tem várias dimensões, mas que uma delas é a participação do cidadão no processo de investigação, muitas vezes até na própria escolha dos temas para investigação e na própria definição de instrumentos de financiamento da ciência por parte dos financiadores. Eu penso que havia também aqui que trabalhar a partir deste eixo de intervenção cívica esta relação, esta maior proximidade com a ciência e era importante que isto não ficasse só debaixo da alçada das universidades ou de quem faz investigação, era importante ligar-se. Portanto, o meu objetivo era destacar estas duas coisas, dados abertos que também são para a investigação, ciência cidadã que também é participação ativa dos cidadãos, e que isto não ficasse só nas mãos das universidades, mas que se conseguisse fazer estas pontes. Não sei, vamos proponho que seja de uma forma criativa, mas gostava não de deixar... gostaria de... que a minha intervenção aqui fosse para que... que do lado... do meu lado da investigação há quem pense nestas coisas, há quem... há quem julgue que é importante estabelecermos estas pontes, espero que também do vosso lado de quem está a dinamizar estes também possa da alguma ver... de alguma forma haver esta necessidade para perceber se pode fazer aqui um caminho e encontrar algumas formas de ação. Peço desculpa se fui um pouco fora, mas é um pensamento profundo que eu tenho refletido muito e partilhado com outros, com outras pessoas que estão envolvidas nestes domínios da ciência aberta, inclusivamente quando tive a oportunidade de o fazer para a anterior secretária do ensino... da ciência, tecnologia e ensino superior, que ela criou um grupo para fazer uma política de ciência aberta em Portugal. Estas questões foram identificadas, este *gap* entre dados da administração pública ou maior participação dos cidadãos na definição dos processos de ciência foi identificado, havia propostas em cima da mesa, entretanto houve a mudança de secretário de estado. Não quer dizer que estas propostas tenham saído de cima da mesa, só que não passaram para o... para a próxima fase, ficaram continuaram em cima da mesa porque há muitas coisas a fazer, mas acho que era importante trabalhar-se estes domínios. OK.



Sérgio: Certíssimo, obrigado Pedro. Entretanto, temos aqui um comentário da Ana Neves que se mostra concordante com aquilo que o Pedro... com a observação e com as ideias do Pedro, e acrescenta que seria também relevante que a própria academia fomentasse a partilha de dados abertos abrindo-os às entidades públicas e à sociedade civil. Acrescenta, acabou de acrescentar, até porque a sociedade civil pode ajudar imenso a criar formas ricas de visualizar estes dados. Ou seja, a sociedade civil pode contribuir para o enriquecimento destes dados.

Daniel Santos: É verdade que também um dos membros da rede é precisamente o conselho de reitores da universidade do Porto, das universidades portuguesas, e que pode também ajudar a fazer essa ponte. É muito pertinente e eu acho que esta interseção entre sociedade civil, administração pública e comunidade científica é muito importante, ainda para mais se for ancorado num plano de ação com objetivos práticos e medidas concretas que visam ser implementadas num período de tempo de um ano, que é o tempo que tem depois do plano estar definido, portanto, o plano vai-se definir até agosto de dois mil e vinte e um, será publicado e depois haverá cerca de um ano para que seja implementado. Por isso convido o Pedro a que...

Pedro Oliveira: Sim.

Daniel Santos: Continue em contacto connosco e que se tiver mais uma proposta mais estruturada a preencher o inquérito e a apresentar também os seus contactos...

Pedro Oliveira: Sim, sim.

Daniel Santos: E maneiras de nós podermos reencaminhar isso a quem por direito e como fazer dar continuidade a essa ideia, que é de resto o que se procura nestes fóruns de discussão é obter ideias.

Pedro Oliveira: OK, obrigado. Assim farei.

Daniel Santos: Obrigado.

Sérgio: Temos o António Garcia que pede a palavra.

António Garcia: Olá, um abraço aqui de Aveiro para todos vós. Eu estive a ouvir muito atentamente o que o colega Luís esteve a dizer, e tenho vontade de ser politicamente incorreto. Ou seja, quando se fala do Estado, o Estado tem tendência a dizer ele foi assim, ele é assim, ele será sempre assim. Mas afinal o Estado não é mais que um conjunto de instituições, as quais no interior delas estão homens e mulheres, estão seres humanos. E tudo isto é monitorizado por governos ou câmaras, não é? Mas falamos ao nível estatal. E de maneira que a imagem que é dada do Estado é na sua fonte aquilo que os políticos que têm o poder dão ao Estado, e nesse aspeto por muito que se queira criar pontes entre ações de cidadania e o Estado, sem desmistificar este Estado que eu agora invoquei, dificilmente... ou então pode haver de facto, uma série de ações, mas que têm um carácter muito paternalista. Vamos ouvir os cidadãos naquilo que nos interessa ou para dar legitimidade àquilo que a gente quer fazer. Mas, na realidade as pontes que são construídas para que efetivamente aquilo que sai do cidadão, de



grupos de cidadãos e não somente das coletividades, raramente é instrumentalizado, posto em operações que efetivamente o cidadão veja no Estado “aquele Estado sou eu, aquele Estado é meu, aquele Estado trabalha para mim”. Portanto, eu penso que sem primeiro meter em causa uma situação, um *status quo* conhecido desde... desde outrora, desde os tempos de antão, tudo o que pode ser feito é positivo, tudo é bom, mas a sua produtividade eu não acredito muito nela porque todos os aspetos, todos os elementos que tenham uma conotação com a democracia participativa é olhado, são olhados de maneira... como é que hei de dizer? Um olhar vigilante porque tudo isto é um pouco novo na nossa sociedade, esta participação dos cidadãos e o poder representativo que está a governar o Estado, porque o Estado tem que ter um nome, o Estado tem que... tem que ser identificado porque senão é aquela história, é a europa, é Bruxelas, é o Estado, é o governo. Mas por trás de tudo estão lá homens e mulheres, que não estão lá por acaso. Estão lá através de programas e de interesses particulares que nem sempre são os interesses do país. Ó pá se eu queria... eu queria desabafar um bocadinho desta forma porque eu estive muitos anos, ainda hoje estou aqui em Aveiro, ligado a movimentos de intervenção cidadã e alguns exemplos de democracia participativa em países da europa em que isso ainda funciona mais ou menos bem, e... e... e estou cada vez sempre confrontado com o *status quo*. Ok, avança, mas mais do que isto não porque este é o nosso espaço, não o metas em causa. Obrigado por me escutarem.

Sérgio: Entretanto julgo que a Maria Bento tinha levantado a mão, mas, entretanto, baixou, não sei se pretende fazer alguma intervenção? Certo. Temos aqui mais dois comentários, o Jorge Gomes deixou um... deixou-nos aqui um *link* para o site da VOST Portugal. Basicamente não sei se pretende comentar alguma coisa sobre este *link* Jorge? O que é que pretende realçar com este *link*? Não se... certo. Jorge está aí Jorge?

Daniel Santos: Talvez o Jorge não esteja em condições de participar verbalmente. Aliás, também presumo que seja essa a condição da Ana Neves que está bastante interventiva e agradecemos desde já os comentários. Nós depois vamos à semelhança do que já fizemos também para o fórum, para o primeiro fórum do dia dois de dezembro que já está publicado um pequeno resumo e o vídeo na íntegra. Também de realçar nós temos aqui alguns problemas técnicos, mas já vamos seis minutos para além da hora e a sala mantém-se cheia por isso nós vamos continuar se calhar por mais alguns minutos assim que as vossas intervenções também justifiquem a continuidade. Houve mais um comentário do Paulo, Sérgio queres... queres ler o comentário do Paulo por favor?

Sérgio: Sim o Paulo acha, o Paulo considera que devia ser fomentada a obrigatoriedade de disponibilização de dados e que deveria ser também... deveriam ser definidos os protocolos e os formatos a utilizar. Devia ser dada preferência a *web services* para que os dados pudessem ser reutilizados pelos vários atores, sejam eles públicos ou privados, no fundo tentar garantir a integração dos dados. Basicamente são temas que foram também um pouco familiares no fórum precedente.

Daniel Santos: Muito bem, mais também uma tónica dada pela Ana Neves em relação aos dados, que a participação cívica só vale a pena se houver dados, se fossem fáceis de entender. Se forem fáceis de entender e aceder e que permita uma participação informada à qual do Jorge Gomes lê em formatos



modernos ou seja que sejam legíveis por máquinas e que sejam facilmente indexáveis. Presumo eu Jorge que seja isso que queres dizer com modernos entre parênteses. A Ana continua...

Jorge Gomes: Sim, é isso. É isso porque...

Daniel Santos: Força Jorge.

Jorge Gomes: Andar a extrair... andar a extrair dados de PDF como nós andamos agora por exemplo nos boletins da DGS, não faz sentido nenhum em vinte vinte. Não é? Ou seja, um CSV pelo menos.

Daniel Santos: Muito bem. Aliás, esse também é um tema... isso também é um tema que já... já tem sido abordado noutras instâncias, a qualidade dos dados, não basta publicar os dados, mas os dados têm que ser também trabalháveis, passo a expressão. A Ana diz então que a administração pública mostrará verdadeiramente interessada na participação dos cidadãos ao tornar esses dados disponíveis desta forma, e a ajudar as pessoas a entendê-los. De facto, isto é interessante a recorrência ao tema dos dados abertos sendo que tivemos um fórum sobre esse tema e que não era exclusivo obviamente, a administração aberta também passa pelo... pelo tema dos dados abertos, por isso todos os comentários são bem-vindos. Luís?

Luís Vidigal: Bom, estou deprimido. Isto de facto bom, mas é...

Daniel Santos: Oh então Luís?

Luís Vidigal: Vou pegar aqui para refocar aqui um bocadinho estas questões dos dados abertos, eu estive também no... estive em condições um bocadinho ainda piores do que estas porque estava no... à espera de uma consulta médica. Mas no... no outro fórum. Em relação a esta história dos dados abertos há aqui duas questões. Dados abertos não é só dados abertos para a sociedade, e eu tenho uma história porque inclusivamente estive na preparação em Bruxelas da primeira versão da diretiva dos dados abertos para serem reutilizados pela economia. Sabe-se que realmente os dados abertos é algo que desenvolve, portanto... desenvolve a economia digital e geral, mas há uma questão muito, para mim muito mais crítica, muito mais crítica que são os próprios dados abertos para toda a administração pública, porque quando eu... quando eu digo que temos que refocar a administração pública no cidadão e nas empresas, e portanto, deixar de olhar ministérios, deixar de olhar departamentos para passarmos a olhar eventos de vida, aí exatamente só pode ser esses eventos de vida terão que partilhar repositórios de informação comuns. Isto é, eu dou um exemplo que eu acho já que é um caso de polícia, muito sinceramente, e já o disse em vários fóruns e já o disse a vários membros do Governo, não só os atuais, mas também anteriores. Por exemplo, eu quando estava com Informática dos Impostos foi na altura criada uma coisa que é o IES, Informação Empresarial Simplificada, exemplo talvez da melhor informação que existe sobre empresas, até na Europa, é um dos casos, foi feita em colaboração com o Banco de Portugal, com o Ministério da Justiça, com a Segurança Social, mas esse repositório que acaba por ser usado por alguns ministérios, o Ministério da Economia resiste em usar estes dados como dados partilhados. Portanto, dados da Administração Pública. E, portanto, aquele princípio do *one solid* ou *only once*, como se traduz, mas de pedir apenas



uma só vez informação, portanto, abrir os dados para toda a Administração Pública em que o cidadão e a empresa seja só uma, portanto, esta ideia da economia circular dos dados, neste momento talvez o mais importante já não é o disponibilizar para fora, tudo bem, se o Estado não consegue fazer, então que os privados o façam, mas para mim é muito mais importante, neste momento, dar fluidez aos processos, digamos, acabando, inclusivamente, com as tais certidões e os comprovantes que é exatamente essa partilha de dados, eu quero ver se, eu não preciso de ter uma certidão de registo criminal, eu não preciso de ter uma certidão de não dívida, não preciso de ter, bom, não há muito tempo até tínhamos uma certidão de óbito, não foi há muito tempo, foi no princípio do Simplex que se acabou com as certidões de óbito e já tínhamos, digamos, parece que, digamos, um país muito cristão que parecia que os mortos estavam todos a levantar do túmulo. Portanto, porque as certidões muitas vezes implicam receitas para o Estado e, portanto, essas receitas devem ser afetadas ao serviço como um todo, ao licenciamento, à autorização porque esse é que é o papel soberano do Estado. O Estado dá autorizações, dá permissões, não é? Ambientais, por exemplo, dou-vos outro exemplo na parte ambiental. Por exemplo, eu tenho, quero fazer uma construção, digamos, sei lá, quero fazer uma construção a dez metros, tem uma belíssima vista de costa, não é? E eu meto um processo para, não precisava de meter processo, bastava ir a um formulário, dentro do princípio do licenciamento zero, pôr lá as coordenadas e imediatamente dava-me, recusava imediatamente, portanto, há coisas que a máquina automaticamente recusa porque fazem parte das regras, digamos, daí eu vos ter dito que é um desafio, é um desafio considerar que as leis, uma boa lei, uma lei bem feita é uma lei que se pode meter em algoritmo. E, portanto, é esta ideia de dados internos, de partilha de dados internos, que não há, e mesmo os dados que são disponibilizados, eu já fiz, faço essa crítica há muitos anos, muitos dos dados que são disponibilizados, mesmo para fora, são dados mortos, não são dados gerados dinamicamente a partir dos sistemas, o que seria, por exemplo, das estatísticas fiscais, não é? E eu estive na era analógica e estive na era digital dos dados, na área dos impostos [risos], já, eu mandei um PDF, pois, mas agora é complicado, não? [risos]

Daniel: Sim, agora é complicado, mas era só para dar apoio ao que o Luís estava a mostrar, mas também a apresentação que está-se a mostrar é um bocado complicada de mostrar agora. Nós depois publicamos no site, continue, Luís. Desculpe.

Luís: Pronto, a ideia é exatamente quebrar com estes silos, estes silos, não é só silos organizacionais, são silos culturais, porque no fundo temos ministérios com culturas completamente diferentes e, muitas vezes, aquele princípio se não foi inventado por mim não é bom, não é? Isto aplica-se a uma quantidade de coisas, basta ver, olhar para uma organização e ver a quantidade de *exceis* que existem, de ficheiros de *exceis* que estão nos computadores de cada pessoa, não é? Portanto, a integridade dos dados, a partilha desses dados é essencial, eu costumo dizer que a informação é o único recurso à face da terra quanto mais se usa, mais melhora. É o único que não se gasta, melhora-se, valoriza-se. Portanto, os dados têm que ser muito utilizados. E, obviamente, quando são usados pela sociedade há aquilo que eu chamo o *crowd auditing*, é a própria sociedade que pode auditar a qualidade desses dados. E eu tenho vários exemplos, por exemplo dou-vos um exemplo. Imaginemos que pomos as moradas e os telefones de todos os organismos públicos, portanto, até um dos compromissos do OGP que espero que esteja em breve lançado. Mas imaginem que alguém telefona



para um serviço e vê que o número de telefone já mudou ou que até o endereço já mudou. Porque é que não há de ser a sociedade a fazer essa, a dar alertas para essa correção? Portanto, é esta riqueza de partilha, de reutilização da tal economia circular dos dados que não só desenvolve a economia digital, portanto, empresas que podem fazer negócios com os dados, empresas de turismo, empresas de todo o género, não é? Portanto, está aí a Ana Neves que é um grande exemplo de trabalho nesta área e, portanto, daí também o interesse dela em que isto aconteça, não é? Mas eu saliento a importância disto para a própria, digamos, para criar uma administração pública em tempo real, uma administração pública verdadeiramente na era digital aproveitando tudo do que é da era digital. Porque nós estamos ainda a trabalhar na era digital, mas com paradigmas da era analógica, portanto, ainda a pensar muito no papel. E acabem-me com os PDF's, os PDF's é a maior praga, não é? Que me perdoe a Adobe, mas o PDF foi uma coisa feita para imprimir, não é uma coisa para reutilizar. Portanto, os PDF's é um carma autêntico, não é? Portanto, não fazem um mínimo sentido disponibilizar PDF's, por acaso agora mandei um PDF, mandei um PDF para o Daniel.

Daniel: Eu não estava a equacionar, estava a tentar aqui...

Luís: É um PDF com quarenta megas de tamanho porque tem muitas imagens e que eu reduzi para onze megas. O meu trabalho agora foi comprimir um PDF para onze megas para conseguir mandar para o Daniel [risos], mas pronto. Eu queria salientar, ó Daniel, ponha só aquele, um slide que está aí quase no fim, que é cocriação e desenvolvimento.

Daniel: Vamos lá ver porque eu quando estava a mostrar ele estava em efeito de *strobe*, estava a piscar, não é? Vamos lá ver se desta vez, não, ele continua a piscar. Vamos lá ver se eu consigo pôr aqui.

Luís: Porque esta questão de coprodução ou cocriação é muito importante. Porque há experiências individuais e essas são milhões de experiências individuais, que são experiências que estão traduzidas nos livros amarelos de reclamações, nos livros vermelhos de reclamações, a questão do Provedor de Justiça, portanto, há reclamações, portanto há depois todo o trabalho que eu chamo as chamadas experiências coletivas. Portanto, e é aí que a sociedade civil se pode organizar para criar tendências das experiências coletivas e não apenas um somatório de experiências individuais.

Daniel: É este que queria mostrar?

Luís: Exatamente. Estão a vê-lo?

Daniel: Sim, creio que sim.

Luís: Está-se a ver bem? É que no meu computador está-se a ver a metade, mas isso é porque ainda não percebi porquê, mas pronto. Portanto, a ideia é exatamente, há aqui um ciclo, um ciclo PDCA, *Plan, Do, Check, Act*, portanto, um ciclo contínuo onde a sociedade civil e a administração pública têm de interagir em permanência, não apenas na análise das experiências individuais e das experiências coletivas, mas também na determinação de factos e informações, portanto, que são relevantes, porque



para exatamente se traduzir depois em deliberações e na ação. Portanto, deliberação que no fundo é o plano que estamos a construir para os próximos dois anos, não é? Mas tudo isto dando capacidade de escrutínio ao cidadão, portanto, tenho aí a lupa, no canto inferior direito, do poder do cidadão, portanto, ir vigiando, porque não vai ser a sociedade civil que vai fazer, mas a sociedade civil deve estar envolvida não apenas na recolha, mas também na deliberação e também na ação, quando se estão a fazer as coisas. As coisas não são, não serem, depois resultarem em factos consumados. E, portanto, concordo com a intervenção do nosso amigo de Aveiro que referiu e com razão, digamos, mas isto é para dizer que é importante abrir, ter esta visão integrada, desde as experiências individuais, digamos que há bocado até foram expressas pelo Jorge Robalo porque eu tive uma má experiência com os impostos, ou porque tive uma má experiência com a saúde, ou que eu tive, e até posso deixar essa minha má experiência no livro de reclamações ou fazer até sugestões por qualquer meio ou fazer uma reclamação para o Provedor de Justiça, mas tudo isso são experiências individuais, que se tem de traduzir depois em experiências coletivas. E é este trabalho das experiências individuais para experiências coletivas que é um processo de análise, que onde já deve estar também a Administração Pública, os organismos da Administração Pública também devem estar já envolvidos, portanto, há aqui uma cocriação já em partilha para depois passar a uma deliberação e dizer "o que vamos fazer nos próximos dois anos, é isto, isto e isto". E não é acontecer como aconteceu no Primeiro Plano, "não, não vamos fazer porque não estava nos planos e porque não temos orçamento." Quer dizer, isto não pode ser mais uma vez o que aconteceu no Primeiro Plano. Eu saliento isto porque foi para mim bastante traumatizante ter consultado as associações todas e ter feito uma consulta, termos feito algum trabalho conjunto e depois isto não ter sido apropriado pela Rede. Portanto, porque de facto temos aqui este processo de cocriação, não é simples, não é fácil, não é? E não é só auscultar, não é só auscultar porque digamos, como é no caso do Orçamento Participativo porque eu posso, inclusivamente, criar as minhas, eu posso criar um grupo de amigos e digamos até forçar, digamos, essas avaliações. Este trabalho tem que ser um trabalho mais sério e não pode ser um trabalho partidário, não pode ser um trabalho, tem de ser um trabalho verdadeiramente independente e plural, portanto, daí este slide que eu gostava também de partilhar convosco. Tinha outros também importantes a partilhar, mas...

Daniel: Nós vamos partilhar toda a apresentação, vai ficar disponível, aliás como fica sempre todos os documentos, sejam eles âmbito de reuniões só de membros ou deste eventos ficam sempre disponíveis para consulta pública. Luís, só também dizer que a própria investigação independente [impercetível 01:12:37] na escala de envolvimento da sociedade civil não classificou o Primeiro Plano como um simples informar, classificou, também não classificou no último nível que é da decisão coparticipada, há cinco níveis, a classificação que houve foi num terceiro nível. Portanto, não foi só informar, não foi só transmitir ao cidadão, houve um envolvimento e de resto estamos a trabalhar para poder superar essa marca e haver de facto, ser, de facto, um fórum multilateral que a Rede Nacional de Administração Aberta se propõe a ser, e é um caminho que se faz caminhando e para isso é preciso também contributos como o do Luís, como o da PASC e com todos os que participaram hoje. Sérgio, não sei se queres dar mais tempo para alguma intervenção, dado que tivemos aqui algumas...



Sérgio: Certíssimo. Temos aqui um comentário no chat do António Garcia, diz ele, que se nos ministérios não existirem diretivas para a criação de pontes entre a AE e os cidadãos, se os nichos em cada ministério...

António Garcia: Administração do Estado.

Sérgio: Administração do Estado, OK, muito obrigado António. Se os nichos em cada ministério não derem diretivas para a criação de processos de simplificação, se o Governo não tiver no seu programa políticas que auscultem os cidadãos, se os partidos do governo e os outros não tiverem essa preocupação termos concluindo a continuidade de um muro em que a administração do Estado é um poder em que o cidadão não é ouvido ou auscultado? Basicamente um divórcio entre o cidadão e o Estado.

Luís: Já agora em relação a este comentário, deixem-me fazer um comentário que é importante, isto com o exemplo norte-americano, nomeadamente do *Office of Management and Budget*, já há uns anos, portanto, há um conselho de arquitetos de sistemas de informação nos Estados Unidos e que essas arquiteturas tentam, digamos, em relação a determinados processos obrigar à partilha, à partilha entre os organismos. E devo-vos dizer que nalguns casos o orçamento está inclusivamente afeto a essa partilha. Isto é, se os organismos... por exemplo o evento "Vida" imaginemos, um bom exemplo português que é o "Nascer Cidadão", pronto. Mas imaginemos que não tínhamos o "Nascer Cidadão" e que mesmo assim teve durante muito congelado apenas no regime voluntariado e não envolviam os outros departamentos do Estado, mas imaginemos que continuávamos a ter os organismos a não partilhar, significava que pura e simplesmente cada um dos organismos envolvidos não teriam dinheiro para... para... para esses... para esses sistemas isolados. Portanto, só se partilhassem com os organismos. Portanto, se nós tivermos o evento "Vida" arquitetado, delineado, nós sabemos quem são os atores, quem são os ministérios envolvidos. Quais são os repositórios que temos que partilhar e se tivermos essa arquitetura, devia ser dado prioridade em termos de orçamento, incluindo naturalmente também o escrutínio por parte do cidadão porque isso é um método de trabalho, não é? Portanto, se os sistemas tivessem esse pré-requisito, não é, isto poderia... poderia... poderia... fazer com que... eu costumo dar como exemplo, nós temos muitos Ferraris e muitos caracóis. Nós temos muitos, muitos sistemas que deviam fluir de uma forma... de uma forma desimpedida, podemos dizer, mas que são interrompidos por caracóis e os Ferraris não conseguem andar e, portanto, os Ferraris acabam por andar a passo de caracol. Portanto, é esta... é esta visão transversal que é uma visão contranatura. É uma visão que cada ministério de *per si* não tem. Poderá ter a AMA, mas a AMA também tem os seus projetos departamentais, também tem as suas, passo aqui a expressão, as suas "feiras de vaidades". O papel da AMA deveria ser o mais possível de gerir esta arquitetura, gerir estas partilhas, garantir esta fluidez de processo, não é? Devei-vos há bocado o exemplo dos dados na área das empresas, mas podia-vos dar "n" exemplos, "n" exemplos que eu espero que sejam vertidos para o plano, não é, de coisas que são interrompidas, não é, e que eu tenho, digamos nas reuniões da rede referido. Às vezes a informação, as competências podem estar num departamento, mas a melhor informação não está naquele departamento, está noutra departamento ao lado. Por exemplo, as melhores informações sobre organismos do Estado estão na Direção Geral de Orçamento não estão Direção de Administração



e Emprego Público, portanto, mas, pronto, mas quem faz o catálogo dos organismos públicos é a Direção Geral da Administração e Emprego Público, mas deveria partilhar com a Direção Geral do Orçamento, por exemplo, todos os dados que existem sobre os organismos. E são múltiplos os exemplos de que é importantíssimo começar a partilhar, a cocriar. A cocriação deve começar por dentro, por dentro do próprio Estado, não devemos agora disfarçar porque temos uma administração aberta, aberta para fora, não é? Quando ela para dentro está fechada e com isso está a prestar um péssimo serviço ao cidadão. Portanto, e é isto depois é um, é um ciclo vicioso. Portanto, esse mal serviço obviamente gera insatisfação e insatisfação gera populismo e por aí fora. Portanto, temos que ter... eu quero dizer que, desculpem a minha crítica talvez em algumas frases destrutiva, quase que pondo o copo a esvaziar, eu sou é muito ansioso e muito insatisfeito e gosto de ver sempre o copo a encher, porque ainda há muito por encher. Eu sei que para a AMA e para as instituições, o copo está praticamente cheio e de que há muito pouco a fazer. Não, há muita coisa a fazer. Porque até que as tecnologias são novas todos os dias. Eu dei-vos o exemplo das áreas da informática forense. Mas as técnicas de informática forense neste momento que se aplicam, por exemplo intensamente nos impostos, nomeadamente na luta contra a invasão e fraude fiscal, digamos que podem-se aplicar por exemplo no DCIAP com quem eu colaborei o ano passado também, digamos com... e... porque há muito, ainda muito pouco sensibilidade à utilização destas técnicas e portanto não basta dizer que quer-se acabar com a corrupção, com o crime, é preciso dar ferramentas digitais, ferramentas e especializar pessoas nestas áreas, porque são hoje... e são tecnologias que há cinco anos não existiam e que há dez anos nem pensar. Portanto, ferramentas de *Big Data* de inteligência artificial extraordinariamente que... não há humano que consiga fazer isso. Só com tecnologias. Hoje por exemplo a luta contra a invasão e fraude fiscal já não se faz com pessoas, faz-se com máquinas, faz-se com sistemas inteligentes. Portanto, com *Business Intelligence* e com... e portanto, determinando onde é... onde é que estão as áreas de fraude, as áreas de risco, mas também poderia ser aplicado... onde é que estão os riscos de pobreza? Onde é que estão os riscos de exclusão? Eu posso, por exemplo, agora nesta fase os impostos tem informação suficiente para fazer uma atuação quase que... uma atuação cirúrgica em determinados setores, saber quais foram efetivamente os setores que foram mais afetados nos últimos meses. Sabe, os impostos, os impostos sabem. Pelo menos trimestralmente, sabem, mas até mensalmente sabem, têm essa informação. Falou-se muito nos casos dos restaurantes, nomeadamente para detetar a faturação, mas isso pode-se aplicar a todos os setores. Artísticos. É evidente que há muita gente que está fora do sistema e que não declara impostos, mas olha, paciência, tivessem dentro do sistema. É isso que eu posso dizer agora como cidadão responsável. E fico por aqui. Desculpem lá este meu...

Daniel: Muito obrigado Luís. De facto... é um estilo, também um conteúdo ao qual nos tem habituado em todas as intervenções que faz, não só na rede, mas em todo o espaço público. Dizer só também para complementar uma informação que tinha dado há pouco que está na página onze do relatório de desenvolvimento de Portugal, do mecanismo independente da avaliação que usando a escala da Associação Internacional para a Participação Pública que tem cinco níveis de informação: consulta, envolvimento, colaboração e capacitação. O plano foi classificado como envolvimento, ou seja, o governo ou a administração pública deu o *feedback* sobre... como as opiniões do público foram consideradas. E já estamos a avançar no segundo plano... tentando... tentando...



Luís: É só para dar um sinal positivo. Eu concordo com essa nota. Eu concordo... Ó Daniel, só pra dar...

Daniel: Sim, sim.

Luís: Eu concordo com essa nota e até dou um testemunho. Houve uma... houve uma vez que inclusivamente a Embaixada por exemplo da Indonésia me pediu exatamente para ajudar o OGP da Indonésia, digamos, porque Portugal é um excelente exemplo de participação cívica. Portanto, isto para vos dizer que... que..., mas o copo está meio cheio, é só para dizer que...

Daniel: Sim, está meio cheio e nós, nós estamos... o passo a seguir ou o nível a seguir ao nível de envolvimento, repito está na página onze se quiserem consultar está no site, é colaboração. E colaboração diz: houve um diálogo e o público ajudou a definir a agenda. Que é precisamente o que nós estamos a fazer com esta série de programas, de fóruns de discussão temática aberto a todos os cidadãos, portanto, é o caminho que se faz caminhando, não estou, nem é o meu papel hoje estar a refutar ou defender nada daquilo que foi dito pelo Luís, apenas a complementar uma informação que tinha dado anteriormente que poderia ser completa. Talvez agora respondendo aqui, eu não sei se... há uma pessoa que não está identificada, está só como convidada que endereça uma pergunta ao Sérgio, mas se o Sérgio me permitir eu posso... posso dar...

Sérgio: Claro que sim. Agradecia Daniel.

Daniel: Posso dar continuidade, até porque o Sérgio está com uma colaboração mais pontual com este projeto que a seguir a este momento de fórum, ou seja, todos os fóruns vão dar origem a um pequeno resumo... David, bem-vindo David... darão origem a um pequeno resumo. Depois do inquérito obviamente os dados serão analisados e serão também publicado uma espécie de compêndio desta fase que nós chamamos a subfase de descoberta. Se quiserem ter mais informação sobre as fases, basta consultarem também a parte de documentação do site onde estão todas as atas e apresentações das reuniões, onde é apresentada não só as fases como inclusivamente a cronologia. Portanto, é dar consequências a fóruns em que estamos apenas a ouvir, estamos a envolver e a consultar, a colaborar também ativamente com organizações da Sociedade Civil e também a aprender. Aprender do primeiro plano que poderíamos ter melhorado este aspeto e estamos a melhorar e com certeza teremos também oportunidade para melhorar vários aspetos. E para isso precisamos, pegando na lupa e na metáfora da lupa do slide que nós conseguimos projetar da apresentação do Luís, precisamos de uma sociedade civil e de cidadãos envolvidos que nos ajudem a monitorizar, a descortinar as atividades e também a fazer com que elas sejam mais pertinentes e mais relevantes. Nós já vamos um bocadinho para além do tempo, mas a nível de participantes, mantemos o mesmo número de participantes quase, basicamente quase ninguém saiu da sala, se não houver... Sérgio não sei se há mais alguma participação no *chat* ou pedido... pedido de palavra?

Sérgio: Não há. Não há Daniel. Entretanto, apenas dizer que deixamos no chat diversas ligações úteis, uma delas tem a ver com o questionário de recolha de ideias para o segundo plano de ação que está em curso até ao final desta semana. Até onze de dezembro. Quem não respondeu ainda terá essa



oportunidade. A onze de dezembro ocorre precisamente o terceiro fórum desta agenda de fóruns temáticos e o tema vai ser a transparência e o acesso à informação. Deixámos aqui também várias outras ligações úteis no caso de pretenderem receberem informações da OGP Portugal para o site OGP mais informações sobre a Rede Nacional de Administração Aberta ou o e-mail da OGP para partilha de ideias e contributos porque este debate é interrompido aqui, mas não acaba aqui. Vai continuar assim o vocês o pretendam. Assim todos o pretendamos.

Daniel: Muito bem. Obrigado Sérgio. Um aplauso também ao Luís e à PASC por terem... serem coanfitriões e apesar das dificuldades técnicas com a apresentação do Luís e volto a repetir que ela vai estar disponível, teremos novas oportunidades e para a próxima talvez não confiamos, como confiamos outras vezes no *Teams* e voltamos a fazer um teste para ver se está tudo bem. Mas eu creio que deve ser um problema específico. Outras pessoas estavam a conseguir.

Luís: Eu trabalho só... entre a Apple e a Macintosh... e a Microsoft, desculpa.

Daniel: Pois. Não, não há... não há problema, peço desculpa também pelo nosso lado, mas foram problemas técnicos. Em nome da Rede Nacional de Administração Aberta e da AMA, agradecer a participação de todos e como o Sérgio diz, acabar nessa tónica, acaba aqui este fórum, mas a conversa e o envolvimento e a cocriação, a colaboração com os cidadãos continua. Deixamos aqui uma série de canais, por favor, participem, ajudem-nos a chegar a mais organizações da sociedade civil, ajudem-nos a chegar a mais cidadãos, precisamos do contributo e da energia de todos para manter o copo a encher e meio cheio. Muito obrigado em nome de todos e até breve. Até breve.

Luís: Até breve.

Sérgio: Muito obrigado a todos.

Daniel: Muito obrigado. Eu não sei se o Américo quer... vi agora o Américo a ligar a camara, talvez queira encerrar em nome da PASC.

Américo: Não, não de maneira nenhuma. Não. Aproveito isto só para vos agradecer e estamos sempre disponíveis para colaborar convosco em tudo o que pretendam. Ok. Só isso.

Daniel: Muito obrigado.

Sérgio: Um abraço.

Daniel: Obrigado a todos. Boa tarde.

Américo: Muita saúde.

Daniel: Adeus boa tarde.

[01:28:35] FIM DA GRAVAÇÃO

